

Reitoria da Universidade do Porto



Biblioteca Electrónica das Universidades Portuguesas
Relatório Apresentado ao CRUP
(Actividade desenvolvida entre julho/2002 e Janeiro/2003)

PORTO
JANEIRO 2003

SUMÁRIO

**Biblioteca Electrónica das Universidades Portuguesas : Relatório apresentado ao CRUP
(Actividade desenvolvida entre Julho/2002 e Janeiro/2003) ----- 3**

I – Relatório da Actividade Desenvolvida – Julho/2002 – Janeiro2003 ----- 5

II – Documentos Anexos ----- 9



Biblioteca Electrónica das Universidades Portuguesas

Relatório Apresentado ao CRUP

(Actividade desenvolvida entre Julho/2002 e Janeiro/2003)

Na sequência da apresentação que a Presidente do Observatório da Ciência e Tecnologia (OCT) fez ao CRUP sobre as diligências conduzidas por aquele Observatório nos últimos meses com vista à facilitação do acesso electrónico a um amplo conjunto de revistas científicas, fui encarregado de, em colaboração com a Dra. Laura Lemos da Universidade de Aveiro, representar o CRUP na continuação daquelas diligências. Cumpro agora o dever de **prestar contas ao CRUP**, isto é, de informar do sentido em que tomei o meu encargo, das diligências efectuadas e das perspectivas futuras que posso antever.

O OCT assumira o encargo de procurar usar as verbas que tinham sido previstas no Plano Operacional para a Ciência e a Tecnologia (POCTI) e no Plano Operacional para a Sociedade da Informação (POSI) no sentido de melhorar a acessibilidade da comunidade científica nacional aos meios bibliográficos hoje disponíveis preferencialmente por via electrónica, à imagem do que já fizera com o *Web of Knowledge do Institute of Scientific Information*. Com esse objectivo fez um inquérito às bibliotecas universitárias portuguesas para avaliar o volume de assinaturas (convencionais ou electrónicas) actual e iniciou negociações com algumas editoras, a principal das quais foi a Elsevier. Note-se que, através de um processo de consolidação empresarial no sector editorial, a Elsevier é hoje a editora dominante nas áreas científicas com um peso que se aproxima dos 50%. Estas negociações foram bastante prolongadas e não estavam então concluídas. No caso particular da Elsevier, havia propostas sucessivas com discrepâncias importantes mas implicando sempre um aumento significativo do seu volume de negócios em Portugal.

O objectivo de constituição de uma Biblioteca Electrónica está inscrito no programa do Governo actual. Por essa razão, iniciei contactos com a pessoa encarregada deste pelouro, o Senhor Secretário da Ciência e Tecnologia, Prof. Fernandes Tomás. Em reuniões sucessivas, discutimos o modelo de biblioteca electrónica mais ajustado às nossas condições e a viabilização do seu financiamento a curto prazo e a sustentabilidade desse financiamento a longo prazo. Assumi a perspectiva de que seria muito difícil atingir o objectivo de constituir uma biblioteca electrónica universitária usando os meios financeiros das universidades, sem a injeção de dinheiro “fresco” do exterior. A constituição de um consórcio de universidades para esse fim seria sempre complicado mas virtualmente impossível no quadro de compressão orçamental em que vivemos. Da parte do Prof. Fernandes Tomás houve sempre uma grande preocupação com a sustentabilidade do projecto a longo prazo. Estabeleci também contactos com os gestores do POCTI e do POSI para analisar da sua sensibilidade para este projecto, tendo recebido bom acolhimento mas faltando sempre o acordo de todas as partes quanto ao modelo de biblioteca e da participação do CRUP no seu financiamento. Por fim a Senhor Secretário de Estado promoveu uma reunião em que estive presente e para a qual convocou o gestor do POCTI (Prof. Ramôa Ribeiro) o gestor do POSI (Eng. Jaime Quesado) e o gestor do PROINOV (Dr. Diogo Vasconcelos). Nesta reunião passámos em revista as diligências dos últimos meses e os modelos alternativos de organização e de financiamento da Biblioteca. Tendo o Dr. Diogo Vasconcelos iniciado a reunião numa posição de que o projecto deveria ser financiado principalmente pelas universidades, rapidamente verificou a complexidade e a dificuldade de um tal desígnio. Houve um acordo geral quanto à importância do projecto, constatou-se a disponibilidade de fundos nos planos do POCTI e do POSI e o Dr. Diogo Vasconcelos assumiu pessoalmente a responsabilidade por concluir as negociações com algumas editoras. Esta posição de assunção política do projecto foi por ele já expressa em intervenções públicas. É esta a situação actual tendo informação muito recente de que o Dr. Diogo Vasconcelos se mantém activo neste projecto. Ao longo de todo este período, mantive sempre o oferecimento de colaboração ou de apoio técnico nas diligências que fosse decidido encetar mas entendí não iniciar quaisquer negociações formais com as

editoras sem que tivesse um financiamento garantido para não prejudicar eventualmente os resultados futuros.

No entanto, foram tomadas outras iniciativas com vista à preparação deste projecto, ainda que de forma não assumida. Sumariamente, posso indicar as seguintes:

- a) Contactos com bibliotecas de outros países para compreender o modelo de negócio que tem sido praticado e o formato dos consórcios inter-institucionais que tem sido formados. Há um grande dinamismo nesta área, o que demonstrou a necessidade de preparar o terreno para a formação de consórcios entre as universidades portuguesas que reforcem a sua posição negocial com as editoras.
- b) Contactos com muitas editoras, directamente ou através dos seus representantes ou agentes em Portugal, com vista a compreender as alternativas de negócio que estarão disponíveis e os custos (aproximados) envolvidos sem nunca nos assumirmos como detentores de qualquer mandato de negociação que ultrapassasse a Universidade do Porto.
- c) Tendo a Universidade do Porto uma relativamente grande dimensão e uma organização interna com grande autonomia entre as suas unidades orgânicas, pareceu ser necessário iniciar um esforço de concertação interna para subscrição colectiva de alguns produtos bibliográficos, o que poderá vir a configurar um ou vários consórcios. Para além disso, este exercício permite testar a viabilidade e a sensibilidade actual de gestores de biblioteca independentes para a necessidade de alguma forma de associação. Encontrámos uma grande receptividade de todas as unidades orgânicas (sem qualquer intervenção ou pressão do Reitor ou da Reitoria) e, em poucos meses, conseguiu-se a partilha de muitos recursos e o acordo para a negociação colectiva de outros. Tudo isto feito no pressuposto de que os custos serão integralmente suportados pelos orçamentos das bibliotecas participantes.
- d) Por iniciativa de bibliotecários de várias instituições do ensino superior público (universitário e politécnico) e do ensino superior privado, foram realizadas várias reuniões para discussão da situação actual das suas bibliotecas e dos caminhos de entendimento mútuo que é necessário saber trilhar no futuro imediato. Não foram assumidos quaisquer compromissos nem criadas quaisquer expectativas quanto ao relacionamento entre instituições pertencentes ao CRUP e outras instituições de ensino superior.

Feito um trabalho preparatório que me parecia necessário e conduzidos estes contactos com uma prudência que me pareceu importante, será este o momento certo para **pedir ao CRUP instruções** quanto ao caminho a seguir a partir daqui.

A minha proposta (aberta a comentários, correcções, alterações ou simples rejeição) de actuação futura é a de retomar o conceito de RUBI (Rede das Bibliotecas das Universidades Públicas), com o objectivo de

- a. Articular o funcionamento das bibliotecas de um ponto de vista técnico, de difusão de boas práticas e de formação de pessoal;
- b. Representar externamente as bibliotecas dos membros do CRUP em associações e em consórcios internacionais;
- c. Constituir-se em consórcio de geometria variável reunindo a participação voluntária das universidades em consórcios específicos para aquisição de cada produto bibliográfico;
- d. A partir de uma comissão instaladora a nomear pelo CRUP, iniciar as actividades, preparar um regulamento interno a propor ao próprio CRUP para aprovação;
- e. Manter a sua actividade enquanto a maioria das universidades do CRUP participarem nas suas iniciativas.
- f. Definir no regulamento interno a forma de distribuição dos custos de actividade que deve atender ao grau de participação e benefício dos seu membros nos produtos da RUBI.

José Ferreira Gomes,
Porto 20/Jan/03

I

**RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA
JULHO/2002 – JANEIRO 2003**

I . Relatório da Actividade Desenvolvida entre Julho/2002 e Janeiro/2003

Em Julho de 2002 o CRUP propôs a coordenação do projecto da Biblioteca Digital das Universidades Portuguesas ao Vice-Reitor da Universidade do Porto, Prof^o Doutor José Ferreira Gomes, tendo ao mesmo tempo mencionado o trabalho já desenvolvido pela Directora dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro, Dra. Laura Lemos.

Constando na medida 2.1 do programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação (POCTI) a criação de uma **Biblioteca de Ciência e Tecnologia em Rede** com a designação de **Biblioteca Científica On-line** e sabendo que as primeiras iniciativas e negociações estavam a ser desenvolvidas no desempenho das suas funções pelo **Observatório das Ciências e das Tecnologias** foram pedidos todos os dados possíveis sobre o estado das negociações e projectos ao Prof^o Rui Santos e à Dr^a Maria de Lurdes Rodrigues.

Contactos

A **23 de Julho** esteve presente numa reunião com o Prof^o Fernandes Tomás onde foram abordados os possíveis formatos de Biblioteca Electrónica das Bibliotecas Universitárias Portuguesas, possibilidades de implementar o projecto para 2003, o envolvimento e interesse do CRUP no projecto tal como a apresentação de diferentes modelos que permitissem negociação de mecanismos de suporte financeiro.

A **29 de Julho** foram recebidas na Universidade do Porto as pastas enviadas pelo **OCT** contendo documentação acerca dos métodos de análise, contactos e propostas realizadas com diferentes editores e fornecedores de serviços.

Estes documentos foram analisados pelo GABUP – Gabinete de Apoio às Bibliotecas da Universidade do Porto que elaborou um primeiro documento síntese que foi entregue ao Prof^o Ferreira Gomes.

A **3 de Setembro** em nova reunião com o Prof^o Fernandes Tomás e tendo como base as informações fornecidas pelo **OCT** são apresentadas algumas sugestões de formato, e de possíveis mecanismos de financiamento tendo já uma noção dos custos do projecto e da dificuldade de implementação do mesmo para 2003. Ficando de se elaborar documento sobre a **Biblioteca Científica Electrónica**.

No dia **6 de Setembro** é enviado ao Prof^o Ramôa Ribeiro e ao Prof^o Fernandes Tomás nota relativa ao projecto de biblioteca electrónica das bibliotecas universitárias portuguesas, onde chama a atenção para o esforço de coordenação entre instituições, apresenta estimativa da despesa nacional anual em assinaturas de revistas científicas (15.000.000€).

Frente à impossibilidade de realizar coordenação de assinaturas conjuntas para 2003, sugere um esforço para garantir o acesso electrónico às revistas já assinadas em papel, aponta para um investimento de 1.000.000 euros para iniciar negociações com as grandes editoras, abrindo o caminho para um modelo de biblioteca electrónica a funcionar em 2004 e anos seguintes.

Em **17 de Setembro** a Dr^a Laura Lemos, Directora dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro apresenta dados sobre o actual panorama da projectada rede de bibliotecas universitárias (RUBI) e tomar conhecimento de planos, projectos e iniciativas existentes a nível de consórcios a nível nacional e europeu.

Dia **20 de Setembro** em Aveiro em reunião com o Prof^o Fernandes Tomás é apresentado documento **Biblioteca Científica Electrónica** que representa uma breve reflexão pessoal sobre o estado das bibliotecas universitárias portuguesas e uma tentativa de apontar caminhos para a sua melhoria.

Em **23 de Setembro** é estabelecido contacto com o Prof^o Rui Santos para esclarecer dúvidas quanto aos valores de participação do Governo no financiamento do projecto.

A **24 de Setembro** o OCT apresenta proposta de metodologia e calendário para o lançamento da Biblioteca Científica on-line

A **30 de Outubro** é enviado ao Prof^o Ramôa Ribeiro o documento elaborado a pedido do Prof^o Fernandes Tomás pedindo sugestões para prosseguimento do projecto da Biblioteca Científica Electrónica, sendo sugerida a apreciação do projecto numa reunião a agendar com o próprio Prof^o Ramôa Ribeiro, Dr^o Diogo Vasconcelos, Presidente da missão para a sociedade da informação, com o Eng. Jaime Quesado, gestor do POSI e o Prof^o Fernandes Tomás.

Tendo em vista a preparação da reunião é contactado a **31 de Outubro** o Prof^o Rui Santos para esclarecer dúvidas quanto à situação das negociações com a Elsevier, tendo em conta as mais recentes propostas orçamentais.

A **27 de Novembro** reunião com o Dr^o Diogo Vasconcelos, Eng. Jaime Quesado, Prof^o Ramôa Ribeiro e Prof^o Fernandes Tomás, onde foi apresentado dossier com a documentação tratada na Universidade do Porto acompanhado de documento resumo de possíveis estratégias de implementação de consórcios, custos e diferentes sugestões de aquisição.

No final da reunião o Dr^o Diogo Vasconcelos assume o objectivo da constituição da Biblioteca Electrónica propondo-se a negociar pessoalmente com a Elsevier.

Contactos Interbibliotecas

O GABUP – Gabinete de Apoio às Bibliotecas da Universidade do Porto, contactou em Setembro com a Directora dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro, Dra. Laura Lemos com o fim de recolher informações sobre a possibilidade de cooperação para um projecto de biblioteca digital do Ensino Superior e sobre aquilo que se está a desenvolver a nível de consórcios europeus.

Iniciou alguns contactos informais com o SELL (Southern European Libraries Link), com o ICOLC (International Coalition of Library Consortia) e principalmente com CBUC (Consórcio das bibliotecas universitárias da Catalunha) tendo recolhido algumas informações e documentos úteis.

A **22 de Outubro** o GABUP foi convidado pelo Grupo de Trabalho de Tecnologias da Informação da APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, a apresentar o projecto da Biblioteca Digital da UP como projecto de cooperação e partilha de recursos no âmbito da **Mesa Redonda: Consórcios: situação actual e futura**, onde estiveram presentes alguns dos editores mais importantes.

Na mesma acção a Dr^a Laura Lemos realizou uma apresentação sobre o desenvolvimento de cooperação para um projecto de biblioteca digital no âmbito do ensino superior.

Durante a sua estadia em Lisboa e a título meramente informal foram entregues à representante do GABUP algumas propostas orçamentais a nível nacional.

A **30 de Outubro** a responsável do GABUP foi convocada pelo Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Ensino Superior da APBAD, para uma reunião sobre a Rede das Bibliotecas Universitárias onde foi discutido o estado da questão e perspectivas de futuro, tendo em conta a possibilidade de reabilitação da RUBI.

O GTBES da APBAD mostrou grande interesse no modelo de rede de bibliotecas a desenvolver na Universidade do Porto devido à dimensão e estrutura da instituição, tendo pedido informações sobre o trabalho que o GABUP tem vindo a realizar.

Dos contactos interbibliotecas foram tiradas as seguintes conclusões:

- Apresentar ao CRUP um projecto para constituição de uma rede de bibliotecas universitárias sem esquecer o trabalho já desenvolvido pela RUBI .
- Recolher dos bibliotecários opiniões sobre o modo de evitar dificuldades no funcionamento da RUBI mostrando uma forte vontade de união.
- Criar grupo de trabalho com representatividade expressa para poder negociar a nível de consórcios, apontando um ponto de centralização, como exemplo, a Universidade de Aveiro ou a Universidade do Porto.
- Tentar que a nível de CRUP fosse nomeado por cada Reitor um bibliotecário representante de cada Universidade criando um “*CRUP de bibliotecários*”- Conselho Geral da RUBI .
- Ter em conta a chamada de atenção da APBAD para o facto de que uma rede de bibliotecas universitárias e a implementação de consórcios não pode esquecer os Institutos Politécnicos e as Universidades Privadas.
- Dar relevância ao interesse demonstrado pela Biblioteca Nacional em colaborar neste projecto.

Propostas

Seria importante um sinal claro da sensibilidade do Governo dado através de um financiamento (POSI e POCTI) para desenvolvimento efectivo de uma biblioteca electrónica das universidades portuguesas.

O contacto mais directo com alguns dos bibliotecários por parte do MCES seria uma forma de motivar e estimular a criação de consórcios negociando futuros modelos de suporte financeiro.

Tentar uma reactivação e redefinição de objectivos da RUBI por parte do CRUP e incentivar que o mesmo modelo fosse seguido pelos Politécnicos e pelas Universidades Privadas, criando assim três subconjuntos dentro do conjunto Bibliotecas do Ensino Superior que permitisse a formação de consórcios de geometria variável e estabelecer negociações com o Governo a nível de financiamento e adoptar diferentes modelos de participação nos custos.

II

DOCUMENTOS ANEXOS

Doc. 1 – Nota Relativa ao Projecto de Biblioteca Electrónica

Doc. 2 – Biblioteca Científica Electrónica

Doc. 3 – Proposta de Metodologia e Calendário para o Lançamento da Biblioteca Científica On-line.

Doc. 4 – Documento Enviado por E-Mail ao Drº Diogo Vasconcelos.

Doc. 5 – Documento Elaborado pelo OCT sobre Trabalho Desenvolvido.

Doc. 6 – Documento Elaborado pelo GABUP sobre Dados do OCT

Doc. 1 – Nota Relativa ao Projecto de Biblioteca Electrónica

Exmº Senhor
Profº Doutor Ramôa Ribeiro
Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Av. D. Carlos, 126
1249-074 LISBOA

Porto, 6 de Setembro de 2002

Caro Ramôa

Envio-te esta nota a propósito do projecto (em concepção) de biblioteca electrónica das bibliotecas universitárias portuguesa.

1. O CRUP propôs-me em Julho p.p.a coordenação deste projecto.
2. Reconhecida a grande dispersão das bibliotecas por instituição e por Departamento/Faculdade dentro de cada instituição, parece necessário começarmos por algo supletivo que, não interferindo com a orgânica e a autonomia das instituições, dê credibilidade ao esforço de coordenação nacional.
3. A despesa nacional anual em assinatura de revistas científicas está estimada em 3 milhões de contos ou 15.000.000 euros.
4. Para 2003 não há tempo de coordenar qualquer esforço no sentido de assinaturas conjuntas mas poderia tentar-se garantir o acesso electrónico às revistas que normalmente já são assinadas em papel.
5. Nos próximos meses, seria feita a negociação com as editoras das instituições para um modelo de biblioteca electrónica a funcionar em 2004 e anos seguintes.
6. Para 2003, a intervenção referida no ponto 5 terá um custo algo acima de 10% do custo actual. Considero que a verba de 200 000 contos ou 1 000 000 euros permitiria obter o acesso a algumas grandes editoras, abrindo o caminho a negociações futuras.
7. Não sendo viável esperar este financiamento das próprias instituições

Com os melhores cumprimentos

Vice- Reitor

(José Ferreira Gomes)

Biblioteca Científica Electrónica

0. Introdução

Os investigadores portugueses sempre tiveram grandes dificuldades de acesso a bibliografia e lançaram mão dos expedientes mais variados para atenuar este problema. Nalguns casos fazia-se a pesquisa bibliográfica nos (curtos) períodos de visita a instituições estrangeiras; noutros casos usavam-se assinaturas pessoais ou recorria-se a amigos mais afortunados.

Viver de expedientes é um último recurso que por vezes permite sobreviver mas nunca permite o profissionalismo que pretendemos atingir na nossa actividade científica.

As TIC introduziram nos últimos anos mudanças dramáticas no acesso à informação e esta mudança parece ainda muito longe de uma situação de estabilidade. Surgem regularmente experiências baseadas em novas tecnologias que são testadas, algumas evoluem outras são simplesmente abandonadas e esquecidas. Acresce que, na situação actual, a aprendizagem mais centrada no estudante e no seu trabalho pessoal está manifestamente prejudicada. São escassas as experiências com novos métodos de aprendizagem e isto é fruto da inércia do sistema e das pessoas que o compõem mas também pela fragilidade das nossas bibliotecas e centros de documentação.

A constatação geral é que o acesso à informação se tem tornado mais caro e que o esboço de rebelião algumas vezes iniciado (por bibliotecas ou até por investigadores individuais) ou os canais alternativos experimentados para difusão de informação científica ultrapassando o sistema tradicional não tem surtido qualquer efeito notório em favor do utilizador final.

Muitas instituições portuguesas têm tentado acompanhar esta evolução e muitas bibliotecas, nomeadamente universitárias, reequiparam-se nos últimos anos de meios humanos e tecnológicos mais próximos do que são hoje os padrões comuns.

Contudo, a dispersão do nosso sistema científico, a fractura entre a Ciência e o Ensino Superior a fragilidade do modelo de gestão das instituições e as permanentes dificuldades financeiras tem resultado num progressivo afastamento entre o nível de serviço prestado nas nossas instituições e aquele que é comum entre instituições congéneres. Sem uma reorganização dos serviços de documentação que são postos à disposição dos investigadores não é possível manter um crescimento sustentado da nossa produção científica! (Deve notar-se que esta produção, apesar dos grandes progressos dos últimos anos é ainda medíocre pelos padrões médios europeus que, por sua vez, estão ainda bastante aquém das norte americanas.

Esta é a nossa realidade que nos pede um esforço redobrado de desenvolvimento).

Este documento representa uma breve reflexão pessoal sobre o estado das bibliotecas universitárias portuguesas e uma tentativa de apontar caminhos que se crêem realistas para a sua melhoria.

1. Parece haver forte motivação dos bibliotecários das UU PP em que o seu trabalho seja articulado e em que sejam feitas acções de benchmarking ou de difusão de boas práticas. Vamos propor a todas as universidades públicas e à UCP que indiquem uma pessoa de contacto para a criação desta rede. Conhece-se a dificuldade em atingir este objectivo pela dispersão dos serviços de documentação em algumas universidades. Não se pensa que seja necessário criar qualquer estrutura física de suporte à rede, para além de um eventual coordenador.
2. A troca de informação no quadro da Rede deverá permitir a constituição de consórcios para a assinatura de bases de dados e revistas electrónicas. Poderá ainda garantir-se a representação externa em organizações como o Southern European Libraries Link. Parece haver uma tentativa de negociação colectiva entre estas bibliotecas e as editoras usando parâmetros objectivos o que poderá beneficiar os países com tecido científico mais frágil.
3. Nas negociações que o OCT encetou com algumas editoras internacionais há sempre um aumento de custos. É fornecido o acesso electrónico a todas as universidades, melhorando assim bastante a assebilidade oferecida aos investigadores portugueses. Nalguns casos a proposta prevê a manutenção das actuais cópias em papel ; noutros casos isso exigirá um prémio suplementar.
4. Não há estimativas sobre a participação do OE (através das transferências para as UU) no esforço global das instituições universitárias na aquisição de bibliografia. Para além das receitas próprias das instituições, há uma participação não quantificável das Unidades de Investigação financiadas pela FCT.
5. Considerando que o estado de partida é muito variável, estando em geral os investigadores das universidades mais jovens menos bem servidos do que os vinculados a universidades já estabilizadas, as instituições menos bem servidas actualmente sentirão uma melhoria mais acentuada (comparando as universidades do Porto e Aveiro com despesas em assinaturas de cerca de 2.5 e 0.5 ME, vê-se que o desequilíbrio é muito superior à relação entre as dimensões respectivas).

Uma eventual participação dos institutos politécnicos representaria para estes uma enorme melhoria de condições de acesso à bibliografia.

6. Considerando que
 - a) estamos numa fase de compressão orçamental
 - b) a despesa global deverá subir
 - c) há actualmente uma dispersão de fontes de financiamento,
será muito difícil levar o CRUP (ou as universidades) a viabilizarem o financiamento de uma biblioteca electrónica posta ao serviço de todas as instituições.
7. A extensão do consórcio a instituições que actualmente têm menor despesa (em relação à sua dimensão) poderia gerar o necessário acréscimo de massa financeira. Esta hipótese só é viável se estas instituições estiverem interessadas na melhoria de condições de trabalho dos seus investigadores e encontrarem meios para isso.

8. No quadro esboçado atrás, uma modernização do sistema de documentação científica acessível aos investigadores portugueses só é possível com a introdução pelo Governo de uma verba apreciável na fase de lançamento que poderá ser diminuída nos anos seguintes assumindo progressivamente as próprias instituições os custos respectivos de acordo com regras a acordar.
9. Um sinal claro da sensibilidade do Governo poderia ser dado através de um financiamento que poderia vir do POSI e do POCTI que teria de se iniciar de imediato e que poderia ter um faseamento do tipo seguinte (a preços de 2002):

2003	200.000c	~	1ME
2004	500.000c	~	2.5ME
2005	400.000c	~	2.0
2006	300.000c	~...1.5	
2007	200.000c	~	1.0
2008	100.000c	~	0.5
2009	0.000c	~	0

Estes números são puramente indicativos e não foram discutidos nem conhecidos dos responsáveis das instituições nem dos técnicos de documentação. Estou certo de que a negociação com as instituições para implementarem este plano seria extremamente difícil. Nunca veriam o benefício real de diminuição de custos nem mesmo temporário! Para tal teria de se por em 2004 e seguintes uma verba adicional que servisse de estímulo à participação no projecto. Será viável?

Baseei-me acima na estimativa (para 2004) de que a despesa com assinatura de revistas terá sido em 2002 de cerca 3500 000c (17.5 ME) e que 80% destas revistas passariam a assinatura electrónica com um acréscimo de custo de cerca de 15% e uma inflação de 6% (para revistas!).

10. No modelo de intervenção proposto acima, seria dado em 2003 um sinal de vontade política de alterar a situação. Poderia ser conseguido o acesso electrónico generalizado às revistas de algumas editoras e compradas algumas bases de dados de uso razoavelmente geral. Durante o primeiro semestre de 2003 negociar-se-ia com as editoras as condições de acesso, com o MCES o estímulo financeiro possível e com as instituições o modelo de financiamento sustentável para o futuro. Este novo quadro entraria em vigor em 2004 com as instituições a assumir progressivamente os seus custos.

Ω. Conclusão

Como reflexão pessoal, este texto representa apenas uma tentativa de sensibilização para o problema de auscultação das directivas que o MCES pretende imprimir para a sua resolução.

Porto, 20/Set/2002

José Ferreira Gomes

Proposta de metodologia e calendário para o lançamento da Biblioteca Científica on-line

Em Portugal, a criação de uma Biblioteca de Ciência e Tecnologia em Rede era um dos objectivos do programa do XIV Governo Constitucional, e consta do Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação (POCTI) - Medida 2.1.

Com a designação de Biblioteca Científica *On-line*, esse objectivo mantém um lugar de destaque no domínio de Ciência e Tecnologia do programa do actual Governo.

Considerado:

- que é da ordem 9,5 milhões de Euros/ano o custo total das assinaturas de revistas científicas em suporte papel dispendido pelo conjunto das bibliotecas científicas portuguesas;
- a dispersão desta despesa por múltiplas bibliotecas pertencentes às grandes universidades públicas e de alguns Laboratórios do Estado;
- a concentração das assinaturas em alguns grandes editores internacionais (80% da despesa está concentrada em menos de 5% dos editores; cerca de um terço da despesa total corresponde a assinaturas de um único editor, Reed Elsevier);
- a multiplicação de custos de assinatura de algumas revistas por várias instituições (foram identificadas pelo OCT 6599 assinaturas, respeitantes a 3522 títulos; 45% das assinaturas são de títulos repetidos em 3 ou mais instituições, e 22% de títulos com 5 ou mais ocorrências);
- a grande fragmentação das assinaturas, com poucas instituições a deterem carteiras amplas de revistas;
- que os modelos de negócio geralmente propostos pelos editores possibilitam o acesso electrónico à totalidade das suas revistas, por todas as instituições científicas, mediante o pagamento de um acréscimo (que oscila entre os 10% e os 15%) ao valor actualmente pago pelas assinaturas existentes;
- que para o ano de 2003, estando já assegurado pelas bibliotecas o pagamento das assinaturas correntes das revistas científicas em suporte papel, é possível fazer arrancar o projecto com um financiamento suplementar relativamente reduzido;
- que esta iniciativa do Governo pode otimizar a relação custo/benefício obtida pelas instituições científicas portuguesas neste mercado, bem como estimular o aprofundamento da colaboração entre as bibliotecas científicas, tirando efectivo partido dos novos meios tecnológicos.
-

Apresentamos uma proposta de metodologia e calendário para o arranque da Biblioteca Científica *On-Line*, em duas fases:

1ª fase – assinatura nacional de revistas científicas (on-line) junto de editores seleccionados (até Novembro de 2002)

O objectivo é, rentabilizando o investimento já realizado pelas bibliotecas científicas para 2003, com um investimento suplementar relativamente reduzido, dar o primeiro passo para a construção de uma biblioteca científica, nacional, mais vasta e partilhada on-line.

Deverá proceder-se às seguintes acções:

1 - Selecção dos editores/produtores de bases de dados e definição do montante de investimento inicial

Para o arranque do projecto, a selecção dos editores deverá considerar em primeiro lugar o peso de cada um deles no mercado português, o valor das propostas já apresentadas e o amadurecimento das negociações encetadas e, finalmente, o volume financeiro disponibilizável pelo Governo.

A análise destes elementos, alguns deles constantes do documento apresentado em Julho último pelo OCT, permite estimar que o **valor anual** de arranque a disponibilizar pelo Governo, poderá oscilar entre os **750.000** euros (se se contratar, por exemplo, apenas o acesso ao grupo Reed Elsevier, que soma um terço do valor das assinaturas actualmente existentes, mas que representam uma cobertura muito deficiente de revistas especializadas em áreas significativas das ciências exactas e das engenharias) e os 2.000.000 euros (se se optar, já nesta 1ª fase, por incluir um leque mais completo de editores, incluindo bases de dados de referência, e de áreas científicas).

O pagamento deste valor anual (acrescido de taxas contratuais de actualização anual da ordem dos 6%) deverá ser assegurado por 3 a 5 anos. Progressivamente deverá planear-se a transferência da responsabilidade pelo encargo, do Governo para as instituições científicas beneficiárias e subscritoras do consórcio a constituir.

2 - Negociação e contratação das assinaturas nacionais com os editores, pela entidade responsável, do lado do Governo, pela gestão e controlo da execução dos contratos

Tomadas as decisões sobre montantes globais de investimento na primeira fase e seleccionados os editores/produtores de bases de dados, deverá a tutela designar a instituição que prosseguirá a negociação com os editores.

Dados os valores deste tipo de contratos, será necessário submetê-los a visto prévio do Tribunal de Contas.

3 - Estabelecimento de acordo de princípios entre o Governo, as Universidades e Instituições científicas beneficiárias

Este acordo deveria comprometer as instituições beneficiárias das assinaturas nacionais da primeira fase quanto às seguintes questões:

A constituição de um consórcio que assegure a sustentabilidade futura do projecto;

A aceitação do modelo de negócio, cujo custo será em geral composto por duas parcelas: o valor da despesa actual com assinaturas papel (suportada pelas bibliotecas e instituições científicas de forma dispersa) e um suplemento para acesso on-line e universal à totalidade das revistas de cada editor (suportado inicialmente pelo Governo);

Isto pressupõe:

A manutenção por parte das universidades e instituições científicas dos compromissos actuais (constituídos pelo valor pago por cada biblioteca pelas respectivas assinaturas em papel) até ao estabelecimento do consórcio e à elaboração do programa de repartição de custos e sustentabilidade do projecto;

O pagamento do valor anual (acrescido de taxas contratuais de actualização anual da ordem dos 6%) do suplemento para disponibilização on-line e universal assegurada na fase inicial pelo governo e a transferir progressivamente para as instituições científicas beneficiárias e subscritoras do consórcio.

4 - Identificação das fontes de financiamento (POSI e POCTI) e elaboração das candidaturas

A criação de uma Biblioteca de Ciência e Tecnologia em Rede consta do Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação (POCTI) - Medida 2.1 – “*Será constituída uma biblioteca nacional de*

c&t em rede, baseada na interligação das bibliotecas das instituições científicas e tecnológicas do país em articulação com os sistemas e as redes internacionais de documentação científica e tendo em conta os requisitos das bibliotecas digitais”.

Por outro lado no Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI), Medida 2.2, está previsto o “*apoio à aquisição pelo Estado de conteúdos em formato digital designadamente conteúdos para suporte ao sistema de ensino e formação*”, sendo que a execução desta medida está aquém das expectativas e das metas programadas.

Os processos de candidatura e aprovação de iniciativas que pressupõem a criação de infraestruturas de informação e conhecimento, como é o caso da biblioteca c&t em rede, são relativamente simples e fáceis de concretizar, bem como de negociar a sua aceitação pelos serviços da Comissão Europeia

Deverá ter-se em atenção o *phasing out* dos investimentos elegíveis no âmbito do 3º QCA para a RLVT, pelo que se deveria localizar a sede contratual do consórcio em outra região do país.

Parecem-nos ser estas as fontes de financiamento a privilegiar, sem prejuízo de se explorarem as possibilidades de fontes de financiamento suplementares.

2ª fase – Estabelecimento do Consórcio e definição das condições de sustentabilidade do projecto (Janeiro a Junho de 2003)

Trata-se nesta 2ª fase de institucionalizar o consórcio, a respectiva partilha de custos e responsabilidade e as condições para o seu prosseguimento e eventual alargamento. A principal vantagem é poder dispor de pelo menos seis meses para negociar o estabelecimento do consórcio, e ao mesmo tempo testar o funcionamento da rede e das primeiras assinaturas.

Deverá proceder-se aos seguintes passos:

1 - Actualização do relatório do OCT relativo à situação das assinaturas de revistas científicas em suporte papel, junto das bibliotecas científicas e dos editores, para planeamento de acções futuras;

2 - Definição técnica do modelo de partilha de custos entre as instituições envolvidas no consórcio, com vista à sustentabilidade do projecto num quadro equilibrado da relação custo/benefício. Tal modelo deverá conter um faseamento que preveja a progressiva transferência dos encargos do Governo para o consórcio, as condições do eventual alargamento a novas instituições, bem como a possibilidade de alargamento da carteira de produtos a adquirir pelo consórcio;

3 - Constituição do consórcio nacional entre universidades e instituições científicas no qual se preveja o modelo de representação das instituições envolvidas no consórcio; o próprio modelo de gestão do consórcio, de negociação para a aquisição de novos produtos e de acompanhamento da execução dos contratos; um modelo de repartição de custos e a forma de colectar o contributo financeiro das instituições envolvidas e beneficiárias; a partilha de responsabilidades no depósito das revistas em suporte papel, e eventualmente em suporte digital; o desenvolvimento de sistemas de catalogação partilhada.

OCT, 24 de Setembro de 2002

Doc. 4 – Documento enviado por e-mail ao Drº Diogo Vasconcelos (26 de Novembro)

Caro Dr. Diogo Vasconcelos

Agradeço o seu contacto. Registo ainda a mensagem telefónica recebida pela minha secretária ao fim da tarde ajustando a nossa reunião para as 11h30 de amanhã, 27/Nov, no Palácio das Larangeiras.

O Prof. Fernandes Tomás deve ter-lhe passado, entre outros,

1. Um documento meu de Set/02 em que tentava iniciar o processo.
2. Um documento posterior redigido no OCT.

Há ligeiras diferenças entre as duas estratégias, pequenas em relação a incerteza global do processo:

- a. A estimativa do OCT da despesa nacional (universidades e laboratórios do estado) em revistas e de 9.5 milhões de euros. Pela minha estimativa da despesa da UP, este valor pode estar muito subavaliado!
- b. Apenas com a Elsevier foram as negociações do OCT levadas a um ponto quase final, representando a Elsevier ca. 30% da despesa nacional. As propostas da Elsevier têm variado porque eles próprios parece não saberem quanto recebem de Portugal!
- c. Outras editoras poderão ser aproximadas individualmente ou através de um dos muitos pacotes comerciais. Estes pacotes são oferecidos a preços variáveis conforme o promotor do pacote e, suspeito, conforme o interesse em oferecer um preço promocional para fixar o cliente.

Nesta altura, as assinaturas para 2003 devem estar confirmadas e não temos indicação se foram feitas antes dos cortes orçamentais recentes ou com base nas perspectivas menos pessimistas do Verão passado. E provável que haja alguns cortes mas estes poderão ainda ser limitados se a realidade orçamental não tiver sido considerada em pleno. Neste caso a tendência provável das instituições e fazerem cortes mais profundos (e agora imprevisíveis) para 2004. Este facto é agora irrelevante mas dificulta a assunção de compromissos numa perspectiva de que será possível construir um consórcio para 2004 em que as instituições assumam (quase) todos os compromissos. Só com uma injeção de financiamento que tornasse a proposta irrecusável em 2003 e 2004 seria razoavelmente segura a obtenção de um consórcio em que as responsabilidades fossem totalmente transferidas para as instituições ao fim de alguns anos. Esta era a minha proposta inicial de Setembro em ! que propunha um financiamento adicional de 1 milhão de euros em 2003 que subiria ate 2.5 milhões em 2004 sendo depois reduzido progressivamente até zero.

Para 2003, temos uma proposta da Elsevier (que creio ainda válida) em que 650 000 euros seria dado acesso electrónico a todas as suas revistas, mantendo-se as cópias em papel nas instituições que as tenham assinado. No ano seguinte, esta contribuição adicional cairia para pouco mais de metade mas deixaria de haver cópias em papel.

O pacote oferecido pela Academic Search Premier & Business Search Premier dá o acesso a um conjunto de revistas muito interessante e complementar da Elsevier por 500 000 euros em 2003 ou 450 000/476 000/ 495 000 em 2003/2004/2005.

Para a constituição de uma biblioteca electrónica os técnicos pedem um conjunto de outros produtos de gestão da informação de custo relativamente pequeno mas não irrelevante neste contexto.

Espero que estas notas possam ajudar a iniciar a reunião de amanhã que espero assinale o fim do trabalho prévio

Porto, 26/Nov/2002
José Ferreira Gomes
jfgomes@reit.up.pt

Doc. 5 – Documento Elaborado pelo OCT sobre Trabalho Desenvolvido

O acesso das instituições de investigação e de ensino superior à informação científica internacional, tirando partido do potencial criado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, é hoje uma condição infraestrutural indispensável para a participação efectiva do sistema científico e tecnológico nacional na comunidade científica mundial. As bases de dados de referência bibliográfica e bibliométrica, de que se destacam os *Citation Indexes* e os *Current Contents* do Institute for Scientific Information (ISI), e as revistas científicas internacionais são instrumentos imprescindíveis para a colaboração e a competição em investigação e desenvolvimento tecnológico. O posicionamento dos diversos países neste campo extremamente concorrencial é cada vez mais condicionado pela capacidade de acesso dos seus investigadores, docentes e estudantes do ensino superior a essas fontes insubstituíveis de informação. Esse condicionamento é especialmente crucial no nosso país, dado o atraso no desenvolvimento e na implantação internacional do seu sistema científico e tecnológico, e a consequente necessidade de manter o crescimento quantitativo e qualitativo com vista a melhorar a posição portuguesa na nova economia baseada no conhecimento.

A crescente procura mundial desses recursos estratégicos de informação, aliada à concentração crescente da sua oferta em grandes grupos editoriais, tem levado a uma acelerada subida de custos. Por outro lado, as assinaturas tradicionais de revistas científicas em papel geram grandes desperdícios de recursos devidos às inevitáveis multiplicações de custos de subscrição das revistas mais importantes por diversas instituições. Para fazer face aos custos e racionalizar os recursos, as instituições de investigação e de ensino superior de muitos países têm vindo nos últimos anos a proceder à migração das assinaturas de revistas científicas para formato electrónico, tirando partido de uma oferta em rápida expansão pelos principais editores internacionais e consolidando a procura em consórcios nacionais ou regionais. Com esse procedimento, têm conseguido reforçar a sua posição negocial junto dos editores, reduzir os desperdícios de multiplicação de assinaturas e aumentar exponencialmente o volume e a eficiência do acesso à informação científica.

Este movimento, principiado nos Estados Unidos e nos países do Norte da Europa, abrange já também os países europeus menos desenvolvidos, que assim se dotaram nos últimos anos de uma vantagem competitiva face a Portugal: em Espanha existem diversos consórcios regionais, e foram criados consórcios nacionais na Grécia (HEAL-Link) e na Turquia (ANKOS).

Em Portugal, a criação de uma **Biblioteca de Ciência e Tecnologia em Rede** era um dos objectivos do programa do XIV Governo Constitucional, e consta da Medida 2.1 do Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação (POCTI). Com a designação de **Biblioteca Científica On-line**, esse objectivo mantém um lugar de destaque no domínio de Ciência e Tecnologia do programa do actual Governo.

Para preparar a concretização desse objectivo, e no desempenho das suas funções, o Observatório das Ciências e das Tecnologias desenvolveu desde 2000 um conjunto de estudos e de iniciativas:

1. Um inquérito nacional às bibliotecas científicas para obter um primeiro levantamento dos custos incorridos com a assinatura de revistas científicas estrangeiras. Embora sem cobertura exaustiva, os resultados do inquérito permitiram elaborar uma primeira estimativa dos custos globais relativamente a 2000-2001, bem como da sua distribuição por editores.

- responderam ao inquérito 263 bibliotecas de Universidades (incluindo bibliotecas departamentais e de centros de investigação), Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados
- foram identificadas 6599 assinaturas, respeitantes a 3522 títulos; foi possível quantificar os custos de 5736 assinaturas (excluídas as ofertas, as permutas e as assinaturas para as quais as bibliotecas não indicaram o preço)
- por extrapolação dos valores parciais apurados, estimamos o custo total em cerca de 9,5 milhões de Euros/ano para o conjunto das bibliotecas científicas portuguesas

Dos elementos recolhidos, ressaltam:

- a concentração da despesa nas bibliotecas das grandes universidades e de alguns Laboratórios do Estado
- a concentração da despesa em alguns grandes editores internacionais (cerca de um terço da despesa total corresponde a assinaturas de um único editor, Reed Elsevier; 80% da despesa está concentrada em menos de 5% dos editores)
- a já referida multiplicação de custos de assinatura de algumas revistas por várias instituições (45% das assinaturas são de títulos repetidos em 3 ou mais instituições, e 22% a títulos com 5 ou mais ocorrências)
- a relativa escassez das revistas assinadas, face à oferta mundial de qualidade
- a grande fragmentação das assinaturas, com poucas instituições a deterem carteiras amplas de revistas
- a tendência à redução do número de assinaturas, como consequência do progressivo aumento de custos.

2. Na sequência de uma solicitação de apoio de um conjunto de universidades portuguesas ao Senhor Ministro da Ciência e da Tecnologia, para uma assinatura em consórcio da *Web of Science*, o OCT negociou e concluiu uma assinatura nacional da *Web of Knowledge* do ISI para acesso on-line aos *Science Citation Index*, *Social Science Citation Index* e *Arts and Humanities Citation Index*, *Current Contents*, *Journal Citation Reports* e *Chemistry Server*, pelas instituições portuguesas de investigação e ensino superior. As bases de dados, incluindo a totalidade dos ficheiros desde 1945, foram adquiridas para instalação em servidor nacional. Numa primeira fase, desde Dezembro de 2001, o acesso está ser feito aos servidores do ISI. Foi já montada na Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) a infraestrutura técnica para sediar as bases de dados. Está presentemente a ser instalado o software e as bases de dados enviadas pelo ISI para brevemente o acesso passar a ser feito através do servidor da FCCN, com ganhos esperados no custo e na velocidade das telecomunicações. Paralelamente, o OCT formou uma equipa de gestão da assinatura, incluindo a ligação das instituições, apoio aos utilizadores, intermediação com o ISI para resolução de problemas de ligação, e logística das sessões de formação leccionadas pelo ISI junto das instituições.

Web of Knowledge: evolução mensal, 1º trimestre de 2002

	Janeiro	Fevereiro	Março
Nº instituições ligadas	79	162	173
Nº sessões	5423	12458	13801
Nº de pesquisas	15260	38325	44702

Fonte: ISI, Usage Reports

3. Com base nos elementos recolhidos no inquérito às bibliotecas científicas, o OCT encetou contactos com alguns editores internacionais, pedindo-lhes propostas com as suas condições de assinatura de revistas científicas electrónicas por um consórcio nacional de todas as instituições de investigação e de ensino superior. As bases de negociação estabelecidas para este primeiro contacto foram:

- uma filosofia de biblioteca científica digital única, abrindo o maior número possível de revistas digitais ao maior número possível de instituições
- a assinatura conjunta do maior número possível de revistas digitais de cada editor
- o estabelecimento do preço com base no volume de negócios corrente, e não no volume de revistas a obter
- assinaturas plurianuais e retrospectivas, abrangendo o maior número possível de anos transactos em formato digital

Procurou-se sensibilizar os editores para a vantagem de estabilizarem ou aumentarem marginalmente o seu volume de negócios em Portugal, crescentemente ameaçado pela pressão dos custos e dos constrangimentos orçamentais sobre as bibliotecas, mediante a oferta ampliada de informação em formato electrónico e a abertura do seu acesso a todos os utilizadores potenciais à escala nacional. Deste modo se pretende, com um investimento público adicional relativamente pequeno, racionalizar os recursos existentes obtendo um aumento milhares de vezes superior no produto do volume de conteúdos pelo número de utilizadores com acesso simultâneo.

Os primeiros contactos permitiram constatar que estes objectivos estão em consonância com os modelos de negócio que os editores internacionais têm vindo a desenvolver para promover este segmento da sua oferta, tendo-se todos eles revelado muito interessados na possibilidade de estabelecer um contrato de consórcio desta natureza com Portugal. Foram feitos contactos exploratórios com os seguintes editores:

- Elsevier (inclui Academic Press)
- Kluwer
- Blackwell
- Institute Of Physics Publishing
- Cell Press
- Nature
- EBSCO (bases de dados de revistas em texto integral, de vários editores)
- Proquest (bases de dados de revistas em texto integral, de vários editores)

As negociações evoluíram a ritmos diferentes, existindo neste momento propostas de dois editores em condições susceptíveis de aplicação:

- a do maior grupo mundial de edição de revistas científicas, Elsevier, que absorve mais de um terço do total da despesa das bibliotecas portuguesas com assinaturas científicas estrangeiras
- a de um pequeno editor especializado, o Institute of Physics Publishing (IOPP), com um volume de negócio naturalmente mais reduzido (cerca de 3% do total) mas detendo revistas de primeira qualidade na sua área de especialização

À parte as especificidades das propostas, ambas configuram

- acesso via Internet a todas as revistas de cada editor, para todas as instituições, incluindo as que anteriormente não detinham qualquer assinatura destes editores, incluindo um certo número de anos para trás do ano de início da assinatura (5 anos para a Elsevier, 10 anos para o IOPP)
- plataformas de pesquisa *on-line* que optimizam as buscas de referências relevantes através das revistas (no caso da Elsevier, a plataforma ScienceDirect inclui também a busca em resumos de revistas de outros editores associados que não sejam assinadas, com possibilidade de aquisição do texto integral em regime *pay-per-view*)
- leitura *on-line* e *download* em formatos HTML ou PDF (o formato de impressão PDF reproduz o aspecto gráfico da revista), para ficheiro ou cópia em papel
- acréscimo de entre 12,6% e 15% do valor das assinaturas correntes, a preço constante (as actualizações anuais máximas dos preços para este tipo de contrato são inferiores à subida média dos preços de catálogo)
- possibilidade, por um preço a negociar à parte da assinatura, de adquirir as colecções integrais das revistas já digitalizadas ou em curso de digitalização

Esse investimento adicional facultaria, por 3 anos, o acesso às cerca de 1200 revistas da Elsevier (em 2000 foram identificados em Portugal 737 títulos desta editora, a maioria dos quais detidos por apenas uma instituição) e por 3 a 5 anos (a negociar) às 30 revistas do IOPP (foram identificadas 25, também na sua maioria de uma só instituição), para todas as instituições que vierem a ser incluídas num consórcio nacional. O aumento anual máximo durante a vigência do contrato seria de 6% para a Elsevier (face a 8,5% de aumento médio de preço de catálogo nos últimos anos) e de 6% para a IOPP (face a 8% de aumento médio de catálogo).

Tabela-Resumo

	Nº Títulos assinados	Nº Assinaturas	Valor actual K€	e-Títulos 2003	e-Valor K€ 2003	Var. %	Act. Anual
Elsevier	736	1814	2614,575	c.1200	2944,887	12,6%	6%
IOPP	25	68	130,614	30	150,2057	15,0%	6,5%

Nota: Valores iniciais Elsevier referem-se a 2000; IOPP a 2001

Os valores propostos para as assinaturas electrónicas baseiam-se num conjunto de 46 instituições, públicas e privadas, de investigação e ensino superior. No caso da Elsevier, pelas instituições que não tinham qualquer assinatura em 2000 é cobrada uma ‘flat fee’ de € 5000 cada. O aumento de valor, considerando apenas as restantes, seria de 9%.

Para além do interesse particular destas duas propostas, elas permitem configurar o que se poderá esperar do desenvolvimento das negociações com os restantes editores, e constituir o primeiro núcleo de assinaturas, depois extensível a outros acervos de revistas ou bases de dados.

Com base neste trabalho preparatório, há já assim elementos que permitem avançar a concretização da biblioteca científica *on-line*, naquela que consideramos ser a sua dimensão essencial. A condição necessária para negociar com os editores será a organização de um consórcio nacional de instituições científicas, adequado aos modelos de negócio propostos pelas editoras. Os principais intervenientes no consórcio nacional a desenvolver são as instituições do Ensino Superior público, com especial peso das Universidades, e os Laboratórios do Estado. O Ministério da Ciência e do Ensino Superior, a que a Lei Orgânica do Governo atribui tutela ou supervisão conjunta sobre todas essas instituições, poderia exercer uma função catalizadora para o estabelecimento do consórcio nacional, estabelecendo, de modo concertado com os diversos parceiros, as regras de enquadramento, e usando os instrumentos de financiamento adequados para garantir o investimento necessário: dotações orçamentais de Ciência e Tecnologia e de Ensino Superior, incluindo os co-financiamentos comunitários sob a medida 2.1 do POCTI e a medida 2.2 do POSI.

A implementação deste projecto para 2003 exige a criação de um consórcio, para o que o Observatório das Ciências e das Tecnologias está em contacto com o Conselho de Reitores e alguns Laboratórios do Estado. Neste momento os principais problemas a resolver são:

- a negociação de um modelo de repartição de custos, que garantisse o compromisso plurianual, e da forma de colectar as quotas das instituições
- a contribuição do orçamento de Ciência e Ensino Superior, e dos diferentes instrumentos financeiros – pelo menos, a cobertura do investimento adicional
- a definição das condições de inclusão de instituições, mormente das que não contribuem com assinaturas em vigor para a formação do preço-base.

Análise do Dossier Relativo ao Projecto das Assinaturas Electrónicas Nacionais de Revistas Científicas Desenvolvido pelo OCT

I

1 – Inquérito realizado às Bibliotecas das Universidades e Laboratórios de Estado, sobre revistas estrangeiras assinadas e extrapolações dos custos realizados para:

- respostas incompletas
- bibliotecas inquiridas e que não responderam
- bibliotecas não inquiridas

Sendo que:

- Das 354 Bibliotecas foram inquiridas 263 bibliotecas – 74,29%
- Não foram inquiridas 91 bibliotecas – 25,71%
- Não responderam 63 bibliotecas – 23,95%

Assim o valor que mais se adequa à realidade é a apresentada em B.1 (ver quadros da metodologia das extrapolações) **2.005.185.538,09**

2 – Foram pedidas e analisadas as propostas da :

- **Elsevier, Academic Press**
- **IOPP Scientific Journals – Institute of Physics Publishing**
- **Kluwer/Lusodoc**
- **Proquest/Lusodoc**
 - **Periodical Contents Index**
 - **PCI Full Text Collections**
- **EBSCO**
 - **Academic Search Premier**
 - **Business Source Premier**
- **Nature Publishing Group**
- **Blackwell Publishing**
- **Springer – Verlag**
- **Consulta a Bibliotecas Espanholas**

II

1 - ELSEVIER – SCIENCE DIRECT

Contacto: Nuria Molina n.molina@elsevier.com

Princípios :

- São sempre consideradas as assinaturas em papel das revistas.
- São importantes os números de FTEs para as instituições que não têm assinaturas em papel.
- O preço base é calculado a partir da anualidade mais alta paga por assinaturas à Elsevier nos últimos três anos incluindo duplicações.
- Todos os modelos apresentados implicam o preço base (assinaturas) uma taxa de acesso à Science Direct, um desconto na lista de assinaturas a realizar por cada instituição e uma taxa segundo o número de FTEs para as instituições que não realizem assinaturas.

Modelo A

São considerados membros do consórcio todas as instituições que realizem assinaturas em papel :

Acesso electrónico a títulos assinados por todos os membros – 90% do preço base.
Taxa para Sciencedirect – 12,5% do preço base
Desconto para assinaturas em papel – 25% do custo das assinaturas por instituição.
Taxa FTE - 0 - 150 – 5.000,00€
- >150 - 10.000,00€

Previsão do custo total para 2003 ----- €2,935,736

Modelo B

Todas as Instituições terão acesso a todos os títulos publicados pela Elsevier em acesso na Science Direct

Acesso electrónico a títulos assinados por todos os membros – 90% do preço base.
Taxa para Sciencedirect – 19% do preço base
Desconto para assinaturas em papel – 25% do custo das assinaturas por instituição.
Taxa FTE - 0 - 150 – 5.000,00€
- >150 - 10.000,00€

Previsão do custo total para 2003----- €3,238,594

2 - IOPP SCIENTIFIC JOURNALS

Contacto : Sylvie Chenoufi sylvie.chenoufi@iop.org

Acesso electrónico a todas as publicações

Preço Base Apurado £83 990 €135 796

Taxa de Consórcio £12 599 €20 369

Total £96 589 €156 166

3 - KLUWER/LUSODOC

Contacto : Miguel Silva ms@lusodoc.pt

Júlio Anjos ja@lusodoc.pt

Proposta para acesso online a todas as revistas e periódicos editados pelo grupo Kluwer via servidor OVID.

- Base da proposta – Acesso electrónico aos títulos correntemente assinados pelas 45 instituições listadas.
- Implica apresentação da listagem de títulos a assinar à Kluwer pelas instituições
- Vigência 5 anos (2002 –2006)
- Acesso a todas as revistas
- A continuação das assinaturas em papel não é relevante

Preço US\$537.000 / €612.036

Crédito por assinaturas pagas (máximo) US\$125.000 / €142.466

Assinaturas realizadas por Bibliotecas Universitárias Portuguesas à Kluwer

- Títulos –145
- Assinaturas –222
- Custo total – 208.897,02€

4 - PROQUEST/LUSODOC

Contacto : Miguel Silva ms@lusodoc.pt

Júlio Anjos ja@lusodoc.pt

Assinatura das Bases de Dados **Periodicals Contents Index (PCI) e PCI Full Text Collections**

- **2002 –2007**
 - Assinatura da PCI mais actualizações
 - Uma base em CD-ROM (21 discos)
 - Acesso online à PCI Full Text Collections
- **£674,620 (total) £134,924 (por ano)**

5 – EBSCO

Contacto : Licia Marques Vieira Lmarques@ebSCO.com

Assinatura de Bases de Dados **Academic Search Premier (ASP)** e **Business Source Premier (BSP)** para o acesso de 45 Instituições mediante os endereços Ips.

	ASP + BSP	ASP	BSP
2002-2003	US\$451 200 / €514 247	US\$301 200 / €343 287	US\$209 500 / €238 774
2003-2004	US\$476 100 / €542 626	US\$304 100 / €346 592	US\$211 400 / €240 939
2004-2005	US\$495 300 / €564 509	US\$307 250 / €350 182	US\$213 550 / €243 390

6 - NATURE PUBLISHING GROUP

Contacto : Bethan Bingham B.Bingham@nature.com

Não é apresentada proposta pois ainda faltam dados estatísticos, apenas apresenta o serviço e pelo que é pedido a proposta também inclui número de FTEs

7 - BLACKWELL PUBLISHING

Contacto : Paul Calow : paul.calow@blacksci.co.uk

(só desde 26 de Julho 2002 . Ainda não apresentou proposta e pretende fazer proposta para 2003 até Novembro de 2002).

- Apresentação do serviço BLACKWELL SYNERGY – www.blackwell-synergy.com

- Apresentados três modelos (Fevereiro/Março 2002). *Esta proposta parece muito confusa – ver documentos pasta 3*

- Cancelar assinaturas em papel e assinar versão online
- Manter assinaturas actuais mais o acesso a todos os títulos online
- Aumentar o número de assinaturas e/ou títulos online individualmente
- Calculo baseado no número de FTEs de cada instituição (tamanho da Universidade).
- Taxa de Administração, Anual de £4996
- Colecção completa (600 Títulos)
 - 0-7000 (FTE) - £3,030
 - 7000-15000(FTE) - £6,070
 - 15000-30000(FTE) -£9,300
- Não são previstas cancelamentos de assinaturas
- Assinaturas realizadas por Bibliotecas Universitárias Portuguesas
 - Títulos –120
 - Assinaturas –257
 - Custo total – 116.391,86€

8 - SPRINGER-VERLAG

Contacto : David Elek david.elek@springer.de

Pedido de proposta para consórcio a 3 de Junho de 2

Não é apresentada proposta

Método aplicado : Efectua-se calculo de quanto gasta em assinaturas de publicações periódicas cada um dos membros do consórcio e aplica-se uma taxa de 10% o que dá acesso às versões online dos títulos assinados pelos membros do consórcio. Para os títulos não assinados por nenhum dos membros pode-se estabelecer uma taxa ou determinar um certo número de artigos a que as bibliotecas podem aceder.

9 - CONSULTA A BIBLIOTECAS ESPANHOLAS

Contacto : Severiano Hernández Vicente seve@usal.es

Reunião em Salamanca sobre assinaturas de revistas electrónicas – 7 de Março de 2002

Assinatura da ScienceDirect pela Universidade de Salamanca

Contacto : Didac Martinez didac.martinez@upc.es

Director do Serviço de Bibliotecas e Documentação da UPC – Barcelona

: Lluís Anglada langlada@cbuc.es

Director do Consórcio das Bibliotecas Universitárias da Catalunha

18 de Maio de 2002 – 2nd Meeting of Southern European Libraries' Consortia (SELL)

- Apresentação da ANKOS – Anatolian University Libraries Consortium

- Bases Assinadas

Science Direct

Kluwer

Springer

IOP

Blackwell

IEEE

Gale

Ideal

Ebsco

ACM

Proquest

Micromedex

Grove Music Library

Engineering Village

MAS-MathSciNet

Web of Science

- Apresentação da HEAL – Hellenic Academic Libraries Link

- Bases de Dados

Science Direct

Springer

Ideal

Kluwer

Emerald

FirstSearch – OCLC

MegaFile – Wilson

IOP

Porto, Setembro de 2002

GABUP – Gabinete de Apoio às Bibliotecas da Universidade do Porto